

Pode-se utilizar a desconstrução na pesquisa teórica em psicanálise?

Can deconstruction be used in the theoretical research on psychoanalysis?

Charles Elias Lang¹, Juliana Falcão Barbosa²

Resumo

Este trabalho discute questões acerca de metodologias de pesquisa e de leitura, com o objetivo de discutir sobre a possibilidade de se utilizar a desconstrução como estratégia de leitura para as pesquisas teóricas em psicanálise. Tomamos como ponto de partida, algumas questões apontadas por Thomas Kuhn (1969/1987) em seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, sobre o que são os manuais científicos, ou seja, os livros através dos quais uma nova geração de praticantes de uma ciência é introduzida em seu ofício. Em seguida, apresentamos alguns tipos, métodos e etapas de pesquisa, utilizando um manual científico como guia para os pontos que buscamos abordar. Apontamos a pesquisa teórica como um tipo de pesquisa no qual, em geral, subestima-se ou exclui-se a apresentação da metodologia e dos protocolos de leitura que conduziram a pesquisa. Neste cenário, tomamos a pesquisa teórica em psicanálise como problemática para discutirmos algumas questões de pesquisa. Por fim, apresentamos e propomos as estratégias desconstrucionistas como fundo para a metodologia de leitura na pesquisa teórica em psicanálise.

Palavras-chave: Metodologia de pesquisa. Manuais científicos. Desconstrução. Pesquisa teórica. Psicanálise.

Abstract

This work discusses approaches about research and reading methodologies, aiming to discuss about the possibility of using deconstruction as a reading strategy for theoretical research, in psychoanalysis. As a starting point, we take some of the issues pointed by Thomas Kuhn (1969/1987) in his book *The structure of scientific revolutions*, about what the scientific manuals are, that is, the books through which a new generation of science researchers is introduced to their practice. Next, we present some types, methods and stages of research using a scientific manual as a guide for the topics we intend to approach. We point out the theoretical research as a type of research in which, generally, the presentation of the methods and the reading protocols that conducted the research are underestimated or excluded. In

¹ Professor Doutor nos cursos de graduação e pós graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Psicanalista, analista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *E-mail* para contato: charleslang@pop.com.br.

² Psicóloga, mestranda em Psicologia no Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. *E-mail* para contato: juliana.falcao@gmail.com.



Esta obra foi licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

this scenario, we take the theoretical research in psychoanalysis as problematic to discuss some research matters. Finally, we present and propose the deconstructive strategies as a background for the reading methodology in the theoretical research on psychoanalysis.

Key Words: Research methodology. Scientific manuals. Deconstruction. Theoretical research. Psychoanalysis.

Considerações preliminares

Um das primeiras coisas que todo jovem pesquisador tem a enfrentar são os manuais científicos, ou seja, a forma como se transmite a ciência normal de uma geração para outra. O jovem pesquisador ainda não sabe que quando ocorre uma revolução científica, todos os manuais são reescritos, e a própria história daquela ciência a que aspira é restabelecida. E ao reescrever-se a história da ciência, novos compromissos são estabelecidos, novos precursores são entronados.

Se no ponto de partida da formação científica fôssemos informados disso, logo saberíamos que a solidez e a autoridade do discurso científico, a própria ciência e a transmissão da ciência estão na dependência de um trabalho de escrita, de *escritura*. E é pela escritura que se estabelecem os compromissos teóricos constitutivos de um paradigma científico. Dentre esses compromissos, alguns têm o caráter de teorias empíricas, enquanto outros são de natureza metodológica e axiológica, ou de ordem ontológica.

Ao nos depararmos com trabalhos científicos, percebemos que na descrição da metodologia utilizada para as pesquisas teóricas, a questão do processo de leitura-escritura realizada pelo pesquisador tende a ficar oculto. Pretendemos, neste texto, abordar as metodologias e estratégias de leitura possíveis – privilegiadamente a desconstrução – nas pesquisas teóricas em psicanálise.

Thomas Kuhn, ao escrever o seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (1969/1987), lembra-nos da importância do acordo intersubjetivo que está à base da pesquisa científica, ou seja, que a ciência é algo que, fundamentalmente, se dá na comunicação intersubjetiva, e baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo:

A pesquisa eficaz raramente começa antes que uma comunidade científica pense ter adquirido respostas seguras para perguntas como: quais são as entidades fundamentais que compõem o universo? Como interagem essas entidades umas com as outras e com os sentidos? Que questões podem

ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções? (KUHN, 1969/1987, p. 23).

Este pressuposto – de que a comunidade científica sabe como é o mundo – é sustentado às vezes a um alto preço. “Por exemplo, a ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos” (KUHN, 1969/1987, p.24).

Kuhn é o autor sempre invocado quando se trata do conceito de *paradigma*; entre as dezenas de definições que encontramos no livro, a mais citada é aquela em que se sublinham as realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções exemplares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Assim, quando se pode considerar um paradigma como estabelecido, o cientista não tem mais necessidade de construir seu campo de estudos começando pelos princípios e tendo que justificar o uso de cada conceito introduzido: isso já está estabelecido pelo paradigma. E o trabalho de informar e formar os novos pesquisadores, o trabalho de dizer o que é e com o que trabalha – e como trabalha – a ciência, isso pode ser deixado para os autores de manuais.

A leitura do livro de Kuhn logo se revela, também, uma experiência biográfica. O livro surgiu a partir do embate testemunhado pelo autor em diferentes comunidades científicas, e com as ideias e os conceitos que habitavam cada uma dessas comunidades. Kuhn dividiu essas comunidades como a dos cientistas ligados às ciências naturais – entre os quais ele próprio fora treinado – e as comunidades de cientistas nas áreas das ciências sociais e humanas. A citação a seguir é emblemática, e deveria também nos prevenir quando universalizamos e homogeneizamos uma ideia de ciência e de fazer ciência: “Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos expressos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito à natureza dos métodos e problemas científicos legítimos” (KUHN, 1969/1987, p. 12-13).

A visão pode ainda ser parcial e somente se aplicar a algumas comunidades científicas, mas o que lhe chamava a atenção, em particular, era a endemia das controvérsias sobre os fundamentos, presente entre, por exemplo, psicólogos e sociólogos. Na tentativa de descobrir a fonte das diferenças entre as comunidades, Kuhn cunhou o seu conceito de paradigma, expresso em vinte e dois sentidos

diferentes no livro. A ideia de que uma matriz disciplinar, um modelo ou padrão aceito é o que norteia a ciência parece ser uma das formas mais elaboradas de se falar em paradigma. Daí deriva o conceito de *ciência normal*, ou seja, a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas, realizações estas relatadas nos manuais científicos elementares e avançados.

Tais manuais são livros que expõem o corpo da teoria aceita e ilustram as suas aplicações bem sucedidas, comparando essas aplicações com observações e experiências exemplares. Os manuais são veículos pedagógicos destinados a perpetuar a ciência normal:

As áreas investigadas pela ciência normal são certamente minúsculas; ela restringe drasticamente a visão do cientista. Mas essas restrições, nascidas da confiança no paradigma, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência [...] O paradigma força os cientistas a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seriam inimagináveis (KUHN, 1969/1987, p.45).

A *pesquisa normal*, na acepção kuhniana, é a pesquisa baseada em um *paradigma*, é uma pesquisa que já tem seus parâmetros estabelecidos antes de seu início, e o pesquisador é um solucionador de quebra-cabeças e não alguém que testa paradigmas. Para o trabalho científico normal, para a resolução de quebra-cabeças a partir de uma tradição definida pelo manual, o cientista está equipado de forma quase perfeita. Esse não é o caso nas ciências sociais e humanas, nas quais incluímos as comunidades de psicólogos e psicanalistas, os quais, na ótica kuhniana, vivem no espaço das disputas pré-paradigmáticas, ou seja, escolas em disputa entre si sem chegarem à vitória de um paradigma que submeta as demais. Daí a necessidade nessas comunidades, necessidade endêmica, de discutir os fundamentos, estabelecer filiações (psicologia científica, psicologia filosófica, psicologia clínica etc.), de delinear campos e áreas, construir objetos. Isso na melhor das hipóteses. Na pior, a importação, simplesmente, ou a cópia de modelos consagrados e estabelecidos em outras regiões da ciência.

Assim, e por esta via, fomos nos aproximando do pensamento de Heidegger (2009), no ponto em que ele afirma que a ciência é um dos poderes que determinam o que podemos em certa medida chamar a atmosfera da universidade. Em seguida ele fala de ciência no plural: ciências não são a acumulação ou o amontoamento de saber que é ensinado e aprendido de maneira técnico-disciplinar. O que pertence

primeiramente ao conceito de ciência é que ela seja uma investigação, em meio à paixão de perguntar, ao entusiasmo de descobrir, em meio à inexorabilidade de prestar contas à crítica, da demonstração e da fundamentação.

Pode-se ler o livro *A estrutura das revoluções científicas* como uma reflexão sobre o que são os manuais científicos, ou seja, esses livros através dos quais uma nova geração de praticantes de uma ciência é introduzida em seu ofício. Os manuais científicos são leituras obrigatórias na universidade e participam da constituição desta atmosfera de saber. Ler Kuhn, a partir da noção de manual, é exigido por algumas premissas do autor, principalmente em uma mudança em sua posição subjetiva. O autor, treinado numa determinada forma de se fazer ciência – em que a história dessa ciência é subtraída da formação por considerar-se o passado como um estágio anterior do presente, ou o passado como um conjunto de erros que levou ao presente – confronta-se com outras formas de se fazer ciência. Nessas outras formas, constantemente retorna-se aos fundamentos conceituais do campo, e os fundamentos estão continuamente sendo refeitos. É a partir dessa mudança de posição subjetiva do autor que o lugar dos manuais também muda e a sua temporalidade se destaca. Manuais são textos escritos, escritos e lidos de acordo com uma temporalidade, temporalidade esta pautada por uma atmosfera: a universidade. Daí o seu poder.

Aos manuais – esses livros didáticos e persuasivos – é delegada a função de mostrar ao neófito o estado atual em que se encontra a sua ciência, ou seja, dar-lhe uma fotografia (o produto) e não o processo (a história) da ciência. Ao manual é delegada a função de mostrar a ciência como algo normal, ou seja, a ciência normal; ao manual é delegada a função de naturalizar o que é histórico. Quando ocorre o que Kuhn chama de revoluções científicas, ou seja, episódios extraordinários nos quais acontece uma alteração dos compromissos profissionais, isso afeta diretamente a tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada, e exige que todos os manuais sejam reescritos, criando uma nova imagem da ciência que será entregue às novas gerações.

O manual científico, mais do que qualquer outro aspecto da ciência, determina a nossa imagem a respeito da natureza da ciência e do papel desempenhado pela descoberta e pela invenção no seu progresso. Os manuais são produzidos a partir dos resultados de uma revolução científica e são textos que servem de base para uma nova tradição de ciência normal. O treino científico não é

planejado para produzir alguém capaz de descobrir facilmente uma nova abordagem para os problemas existentes. O treino científico está planejado para produzir um pesquisador que trabalhe nos limites da ciência normal, como se isso fosse natural.

Por outro lado, quando planejamos uma pesquisa na área das ciências humanas, assim como em outras áreas, a situação nunca é tão natural; e a própria formação nas ciências humanas exige um grau de crítica que dificilmente nos faculto o acesso a um campo sem uma discussão crítica preliminar. Logo no início da pesquisa deparamo-nos com a tentativa de normalizar o nosso espaço científico, deparamo-nos com a necessidade de definir um método para a investigação do problema proposto, método este que, com frequência, pode ser encontrado nos manuais científicos. Assim, na experiência da pesquisa, no caminho do pesquisador nas ciências sociais e humanas, dentre os métodos possíveis, temos dois grandes campos: o da investigação quantitativa e o da investigação qualitativa.

Nos próximos parágrafos faremos uma breve apresentação destes dois grandes modelos de investigação, momento necessário em nosso trabalho, pois é a partir daí que poderemos demonstrar o que entendemos ser espírito desconstrutivo e qual a riqueza das estratégias desconstrutivas nas ciências sociais e humanas. Explicaremos, para isso, alguns tipos, métodos e etapas de pesquisa, no intuito de apontar os momentos nos quais aparecem descrições relativas à leitura e ao estudo de textos – como, por exemplo, nas “revisões de literatura” e “pesquisas bibliográficas”.

1 A investigação quantitativa e a investigação qualitativa

Justo e Vasconcelos (2009) definem que se, por um lado, a pesquisa quantitativa ampara-se principalmente no positivismo e preocupa-se com dados estatísticos, medição de unidades e categorias homogêneas, a pesquisa qualitativa volta-se ao estudo de fenômenos igualmente complexos, mas compreendendo-os de forma que o pesquisador tenha uma postura de menor neutralidade diante do seu objeto de estudo.

Segundo Flick (2009), alguns dos aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, e nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimentos. Os métodos qualitativos em geral consideram a

comunicação do pesquisador como parte explícita da produção de conhecimento, de modo que a subjetividade do pesquisador torna-se parte do processo de pesquisa.

A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado, pois diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizaram as discussões e a prática desse tipo de pesquisa. Encontramos algumas distinções entre pesquisas qualitativas e quantitativas no que concerne, por exemplo, aos pressupostos metodológicos e a análise dos resultados. No entanto, as discussões atuais não se referem mais a uma melhor forma, mais ou menos científica de pesquisar, mas sim, na postura do pesquisador frente ao fenômeno estudado.

A pesquisa qualitativa supõe uma interação do sujeito (pesquisador) com o meio (objeto de estudo, ambiente). Ao realizar pesquisas teóricas, por exemplo, trabalhamos com a ideia de que há uma interação do leitor (sujeito pesquisador) com o texto (meio, objeto de estudo). Parte-se do pressuposto de que a leitura é uma atividade (CAMPOS & COELHO JR., 2012), e que, no processo de leitura de um texto, o leitor não é um receptor passivo, mas participa ativamente do processo de leitura, atribuindo sentidos próprios e produzindo conhecimento em interação com o texto. Há uma inteligência, uma estratégia do texto para dizer coisas e levar o leitor a pensar de determinada maneira.

2 Tipos, métodos e etapas de pesquisa

Dentre os dois grandes campos de pesquisa (qualitativa e quantitativa) encontramos diversos tipos e métodos de pesquisa que são adotados a depender do problema a ser investigado e dos objetivos propostos.

Como *problema* é uma palavra-chave quando se fala em pesquisa – sendo esse o ponto dito inicial, ou de onde partirá a pesquisa – é importante pensar em que consiste tomar algo como um “problema”, sendo assim passível de ser pesquisado. A palavra “problematizar” aparece com certa frequência em um texto de Veiga-Neto (2002), como algo constitutivo do pensamento pós-moderno. A referência constante a esse verbo nos remete a pensar na etimologia da palavra problema, que vem do grego *próblema*, que deriva de *probállein*, “atirar para frente”. Essa palavra era formada de *pro-*, “à frente”, mais *ballein*, “atirar, lançar, jogar”. Os *problemas de pesquisa* podem ser pensados, então, como questões que devemos

atirar à nossa frente, para, ao tropeçarmos nelas – nas questões – sermos obrigados a lidar com elas, a refletir, avaliar.

A partir da delimitação do problema, define-se o tipo e o método de pesquisa mais adequado, alguns dos quais passaremos a expor a seguir.

2.1 Tipos de pesquisa

Tomaremos como um guia-exemplar um manual de pesquisa (no caso, o manual do programa de pós-graduação de Engenharia de Produção, da UFSC, intitulado *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*), e por ele nos deixaremos guiar. Primeiramente, encontramos no manual o estabelecimento de algumas classificações de tipos de pesquisas. Por exemplo, do ponto de vista de seus objetivos, o manual cita Gil (1991), e os tipos podem ser:

Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Pesquisa Explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Expost-facto.

Já do ponto de vista dos procedimentos técnicos, segundo Gil (1991), eles podem ser:

Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.

Pesquisa Experimental: quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Estudo de caso: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Pesquisa Expost-Facto: quando o “experimento” se realiza depois dos fatos.

Pesquisa-Ação: quando concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Pesquisa Participante: quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.

2.2 Métodos de pesquisa

No capítulo sobre métodos científicos, no mesmo manual, encontramos alguns métodos:

Método indutivo: proposto pelos empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume. Considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações.

Método dialético: fundamenta-se na dialética proposta por Hegel, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. Empregado em pesquisa qualitativa.

Método fenomenológico: preconizado por Husserl, o método fenomenológico não é dedutivo nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o

compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento.

2.3 Etapas da pesquisa

No capítulo que trata das etapas de uma pesquisa, encontramos a disposição que se segue:

1) escolha do tema -> 2) revisão de literatura ->3) justificativa -> 4) formulação do problema -> 5) determinação de objetivos -> 6) metodologia ->7) coleta de dados -> 8) tabulação de dados -> 9) análise e discussão dos resultados ->10) conclusão da análise dos resultados -> 11) redação e apresentação do trabalho científico (dissertação ou tese).

Explicitamos aqui o que diz o manual especificamente sobre a *Revisão da Literatura* (2ª etapa):

Nesta fase deverão ser respondidas as seguintes questões: quem já escreveu e o que já foi publicado sobre o assunto, que aspectos já foram abordados, quais as lacunas existentes na literatura. Pode objetivar determinar o “estado da arte”, ser uma revisão teórica, ser uma revisão empírica ou ainda ser uma revisão histórica. A revisão de literatura é fundamental, porque fornecerá elementos para você evitar a duplicação de pesquisas sobre o mesmo enfoque do tema. Favorecerá a definição de contornos mais precisos do problema a ser estudado.

Se a Revisão da Literatura é a segunda etapa nas fases da pesquisa, a preocupação com a metodologia é a sexta. O manual aponta, na Metodologia (6ª etapa), que:

Nesta etapa você irá definir onde e como será realizada a pesquisa. Definirá o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretende tabular e analisar seus dados. O instrumento de coleta de dados escolhido deverá proporcionar uma interação efetiva entre você, o informante e a pesquisa que está sendo realizada. A coleta de dados estará relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa e objetiva obter elementos para que os objetivos propostos na pesquisa possam ser alcançados.

O manual *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação* (UFSC) nos oferece um modelo e um caminho para o pesquisador. Neste, a *revisão da literatura* é colocada como uma etapa da pesquisa, como o passo número dois. Enquanto isso, a metodologia é colocada como o sexto passo, ou seja, só se propõe uma metodologia de pesquisa depois de feita a revisão da literatura. No entanto, não se diz nada acerca da metodologia que se utiliza para a realização da revisão da literatura, ou seja, quais são os protocolos de leitura, como se dará a leitura do material escolhido. O manual passa a impressão de que a revisão da literatura é apenas uma etapa da pesquisa, de que a revisão da literatura é algo linear, pertencente a um encadeamento progressivo e na qual não há metodologia implícita e explícita.

Em suma, trabalha-se como se a leitura fosse algo direto, transparente, sem pressupostos. É como se a leitura, a revisão da literatura, não tivesse efeito algum na construção do problema e do objeto a ser investigado, ou na escolha da metodologia da pesquisa. Desta forma, negligencia-se o fato de que a própria maneira de recolher, escolher e ler os textos envolvidos na pesquisa, pode dar um rumo completamente diferente ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Negligencia-se a estratégia ou a metodologia de leitura. Supõe-se que só há uma maneira de ler textos, ou que todos os pesquisadores leem da mesma maneira, independentemente dos pressupostos teóricos e metodológicos que carregam em sua trajetória profissional e acadêmica. Ou, ainda, que a leitura não é a parte significativa da pesquisa, mas que “passa-se” por ela, para chegar à “verdadeira” pesquisa (coleta e análise de dados etc.). O que está implícito é uma hierarquia na pesquisa, na qual a leitura é secundarizada.

3 Pesquisa em psicanálise

A psicanálise nasceu e sempre se sustentou como um projeto científico, mas se a psicanálise deriva do discurso da ciência, não se reduz a ela.

Mas o que seria essa ciência da qual a psicanálise deriva? E, nessa derivação, até onde chegou, o que se tornou a psicanálise? De Carlo Ginzburg, historiador e antropólogo italiano, recolhemos a seguinte citação:

A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a este dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também para outras disciplinas (GINZBURG, 1989, p.178).

Freud tinha o horizonte das ciências da natureza ao fundo e como horizonte de seu trabalho, tanto no contexto da descoberta do psicanalítico, quanto no contexto da justificativa. E o “desagradável dilema” (GINZBURG, 1989, p.178) nunca nos abandonou completamente, principalmente em se tratando da pesquisa psicanalítica na atmosfera da universidade.

A entrada da psicanálise nas universidades brasileiras é muito recente (ELIA, 2000) e tem relação com a entrada de professores psicanalistas nos cursos de graduação, mas, sobretudo, pela inserção nos cursos de pós-graduação: mestrado e doutorado. Numa pertinente discussão, Figueiredo (2010) aponta que a relação da psicanálise com a universidade consiste também numa maneira de mostrar a extensão do trabalho psicanalítico para além dos consultórios.

É crescente, no Brasil, o número de pesquisas em cursos de pós-graduação que possibilita a inserção da psicanálise na produção científica de teses e dissertações. A pesquisa que Monte (2002) realizou – *Considerações Metodológicas sobre a Pesquisa em Psicanálise na Universidade* – mostra como ocorreu a entrada da psicanálise nas universidades brasileiras e como os pesquisadores estão realizando pesquisa nessa área, ou seja, como estão construindo seus métodos. O autor aponta que, no Brasil, a pesquisa em psicanálise se iniciou na década de 1970 com o curso de pós-graduação em Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), e que os cursos de mestrado e doutorado em teoria psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nasceram com a proposta de desenhar os limites do conhecimento psicanalítico na área acadêmica.

No que concerne aos possíveis tipos de pesquisas em psicanálise, podemos apontar a psicanálise em intensão e em extensão:

1. Psicanálise em intensão: é a pesquisa que emerge dos atendimentos a pacientes, realizados na clínica psicanalítica. O problema de pesquisa é elaborado a partir de questões com as quais o pesquisador se depara na clínica e que pretende investigar. Um tipo de pesquisa possível nesse campo é o estudo de caso.

2. Psicanálise em extensão: é a pesquisa que pretende aproximar a psicanálise das produções da cultura, e pode ser realizada com textos, filmes, produções literárias e fenômenos culturais. Dentro deste campo de pesquisa, destacamos a pesquisa teórica em psicanálise (FREITAS, 2001).

Em sua discussão sobre a relação da psicanálise com a literatura, Freitas (2001) aponta que a psicanálise em extensão pode, ao se aproximar das produções dos escritores, proporcionar diferentes leituras interpretativas, examinando os textos da literatura desligados de seus autores. Podemos assim nos manter entre psicanálise e literatura, fazendo uso do texto literário para dizer da importância dos conceitos da psicanálise para a interpretação que busca um sentido.

Assim, a pesquisa psicanalítica se efetiva em diversos níveis de investigação. De acordo com Campos e Coelho Jr. (2010) a especificidade da pesquisa que emerge da clínica é o ponto essencial da teorização psicanalítica. Nessa perspectiva, a teoria em psicanálise é, fundamentalmente, um trabalho de pensamento, abstração e elaboração que ocorre depois da escuta analítica e a partir dela, constituindo o cerne do saber psicanalítico.

Em contraposição a essa primeira vertente de investigação dos processos psíquicos por meio do método psicanalítico, encontram-se as pesquisas sobre psicanálise. É nessa proposta que se inserem as pesquisas propriamente acadêmicas. Elas dizem respeito à investigação da história das ideias psicanalíticas, quer seja no plano exclusivamente histórico-conceitual, quer seja no plano epistemológico (CAMPOS & COELHO JR., 2010).

Garcia-Roza (1993) aponta uma aversão que teria o clínico (discurso psicanalítico) pelo pesquisador (discurso universitário), afirmando que, com relação à pesquisa acadêmica em psicanálise, o clínico poderia arguir que, se é acadêmica, não é psicanalítica, e que o verdadeiro laboratório de pesquisa em psicanálise é a clínica e não o campus universitário. Qual seria, então, a natureza da pesquisa acadêmica em psicanálise? A academia geralmente apresenta *pesquisa empírica* e *pesquisa teórica* como as duas formas possíveis de se realizar uma investigação acadêmica. Sendo assim, seria possível considerar a realização da pesquisa em psicanálise nessas duas modalidades?

Segundo Garcia-Roza (1993), a primeira possibilidade seria a de uma *pesquisa experimental* (empírica) cujo laboratório seria a clínica. Se é somente na experiência clínica que é possível constituir um saber sobre o inconsciente, então a

pesquisa em psicanálise deveria consistir na reprodução dessa experiência clínica. Mas, nesse caso, a pesquisa seria uma simples transposição da clínica privada para a universidade. Mesmo que isto fosse possível, restaria a questão de se esta poderia ser considerada uma pesquisa *acadêmica* em psicanálise.

Deste modo, para Garcia-Roza (1993), a pesquisa acadêmica em psicanálise não pode consistir senão numa *pesquisa teórica*. Uma das propostas dessa modalidade de pesquisa seria a de:

Submeter a teoria psicanalítica a uma análise crítica com a finalidade de verificar sua lógica interna, a coesão estrutural dos seus conceitos e as condições de suas possibilidades. Creio que isto é o que comumente se faz na universidade com o nome de pesquisa acadêmica em psicanálise (p.119).

No entanto, esse tipo de pesquisa não teria como objetivo único verificar a validade da teoria. O pesquisador, quando se propõe a empreender uma pesquisa, o faz para se debruçar sobre um problema. A palavra pesquisa deriva etimologicamente do latim *perquirere*, “buscar com afinco”; de *per*, intensificativo, mais *quaerere*, “indagar”, de *quaestio*, “busca, procura, problema”.

Desta forma, uma indagação com afinco não se realiza somente com o propósito de reproduzir, ou apenas comentar, uma teoria já existente. “O pesquisador, se se pretende criador, deve se permitir uma certa irreverência que possibilite o surgimento do novo” (GARCIA-ROZA, 1993, p.119).

Isso seria o que diferenciaria o pesquisador de um epistemólogo, pois este último executa um trabalho purificador frente à teoria, e mantém com ela uma atitude de reverência, de assepsia:

Não se pode desprezar a preocupação do epistemólogo com o rigor formal da teoria, mas se fizermos dela nosso único propósito, correremos o risco da esterilidade, da transformação do trabalho teórico em algo abstrato e vazio (GARCIA-ROZA, 1993, p.119).

Assim, ao falarmos sobre pesquisas teóricas em psicanálise na universidade, surge uma questão importante no que concerne ao método utilizado para a realização dessas pesquisas, ou seja, à forma como o pesquisador irá utilizar textos psicanalíticos para atingir os objetivos de sua investigação.

4 Pesquisa teórica em psicanálise: psicanálise e desconstrução

A expressão “pesquisa teórica em psicanálise” assinala uma restrição no campo possível de pesquisa acadêmica em psicanálise, ou seja, trata-se mais especificamente de pesquisas de caráter histórico e conceitual, o que deixa ao largo aquelas pesquisas que se fazem a partir da clínica – que envolvem uma série de exigências e possuem algumas particularidades – e os trabalhos chamados de psicanálise aplicada ou psicanálise em extensão.

No entanto, apesar de restringir o campo, esse tipo de pesquisa logo se defronta com algo da ordem de certo constrangimento por parte do pesquisador quando ele tem que preencher em formulários, ou nas páginas do projeto de pesquisa, itens referentes ao que se chama de metodologia de pesquisa.

Entendemos que a pesquisa teórica deve ter seus protocolos de leitura, implícitos e explícitos, que deve haver uma metodologia de leitura. Não se pode deixar a pesquisa teórica como sinonímia ou como pouco mais do que uma pesquisa bibliográfica, uma revisão da literatura ou uma pesquisa eminentemente teórica. E assim como a pesquisa teórica, toda pesquisa dita experimental também possui seus protocolos de leitura ainda por explicitar. Assim, o que temos pela frente é responder à pergunta: qual é a metodologia, ou as metodologias de leitura que podem ser utilizadas em se tratando de pesquisa teórica em psicanálise?

Campos e Coelho Jr. (2010), ao discorrer sobre as pesquisas teóricas, salientam a importância de derivar uma metodologia de leitura para orientar a pesquisa histórico-conceitual em pesquisas psicanalíticas de cunho teórico. Segundo eles, a questão metodológica em pesquisas de caráter estritamente teórico costuma ser, em geral, subdimensionada. Enquanto os relatórios de pesquisa empírica necessitam de parâmetros determinados e de uma apresentação de seu delineamento, as pesquisas teóricas parecem prescindir de um instrumental de leitura. É notória a síntese do método envolvida na pesquisa teórico-conceitual em frases como “leitura crítica de textos, acompanhada de comentadores”, na qual normalmente se privilegia a descrição dos textos a serem consultados e não os pressupostos da leitura a ser efetuada.

Para a elaboração deste trabalho revisamos dissertações e teses de doutoramento, especialmente aquelas que tratam de temas psicanalíticos, no intuito

de verificar como são descritas as metodologias de trabalhos teóricos. Para resumir o achado, a forma exemplar que encontramos foi:

Como caminho, escolhemos a pesquisa teórica. Entendendo que na pesquisa teórica o pesquisador está voltado para satisfazer uma necessidade intelectual de conhecer e compreender determinados fenômenos, [...]. Segundo Demo (2000, p.36), a pesquisa teórica é uma pesquisa que se *['...'] dedica a reconstruir teorias, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos*. A pesquisa teórica tende a reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes (SILVA, 2007, p. 19).

No exemplo citado acima, o autor da dissertação define brevemente o que é pesquisa teórica, porém não explicita o protocolo de leitura que será adotado para ler os textos selecionados para a pesquisa. Novamente, é como se a leitura, seja ela "crítica", "histórica", "conceitual", "teórica", enfim, não fosse um problema científico ou factual. Qual o conceito implícito de leitura que se tem aí, por exemplo? O que é ler para esse autor?

O que pretendemos sublinhar é que a leitura não é algo natural, simples, direto, transparente. Existem teorias, concepções, pressupostos acerca do que é ler, interpretar e traduzir um texto. Para abordarmos essa problemática, dividiremos este campo, grosso modo, a partir de três grandes concepções de leitura: as clássicas, as hermenêuticas e as desconstrutivas.

4.1 Concepções clássicas

Nas concepções clássicas da leitura, o sentido precede à forma, como se houvesse um sentido particular e universal no texto, um sentido a ser desvendado pelo trabalho da leitura. Segundo tal concepção, as traduções e as paráfrases perfeitas seriam prováveis. O objetivo seria desvendar o sentido do texto, e o sentido seria visto como transcendente em relação ao texto: é algo que subjaz para além do texto.

Nesta concepção, a unidade é tomada como algo que precede e prevalece sobre a diferença, ou seja, o querer dizer do autor transcende o próprio texto. Haveria um sentido na mente do autor, e o texto seria uma articulação posterior. O sentido está nesse lugar transcendente. O inteligível é ideal e inequívoco. As ambiguidades e polissemias são acidentes e defeitos a serem evitados por quem

escreve e por quem lê. O sentido e a unidade são os dois grandes pressupostos metafísicos.

Tomemos, por exemplo, a apresentação feita para o leitor brasileiro da tradução de textos de Heidegger (2009):

Essa é, aliás, a meu ver, a tarefa mais difícil de um tradutor: não apenas restituir de maneira fiel o **sentido presente no original** (grifo nosso), mas conquistar, além disso, uma tonalidade para o texto traduzido que seja similar à tonalidade da experiência de pensamento do filósofo (p. XV).

Traduzir um texto, nessa acepção, é fazer passar o sentido presente no texto original, em alemão, para o português. Trabalho de transferência que exige o cuidado com as contaminações presentes no caminho, preocupação com tudo aquilo que pode atrapalhar ou dificultar esse transporte de um espaço para outro, de uma língua para outra. As concepções clássicas acerca da leitura e que, com algum cuidado, também podem ser aplicadas ao universo da tradução, repousam na opinião corrente de que falar é uma atividade dos órgãos que servem para a emissão de sons e para a escuta. Falar é a expressão e a comunicação sonora de movimentos da alma humana. Esses movimentos são acompanhados por pensamentos (HEIDEGGER, 2003).

Daí se deriva uma concepção da escrita e da leitura. A escrita é expressão. Expressão secundária, substitutiva, da fala. Expressão de algo de outra ordem, exteriorização de uma interioridade. A escrita como representação, como expressão, recorre à ideia de uma interioridade. E a escrita aparece como uma atividade, é expressão e comunicação de uma interioridade, e esta interioridade é humana. Daí que ler é responder ao mandado dessa atividade, a leitura é uma atividade que busca recolher no texto os elementos de uma interioridade expressos através de um elemento substituto ao autor: o texto.

4.2 Concepções hermenêuticas

A palavra hermenêutica é uma das heranças da antiguidade grega e parece que sua origem tem a ver com Hermes, o mensageiro entre os deuses imortais e os homens mortais, e seu ministério (GUSDORF, 1988). Isto que Hermes anuncia aos homens não é uma simples comunicação, nem a simples transferência de uma

vontade divina para o universo mortal. É uma explicação das ordens divinas realizada sob a forma de tradução na língua e inteligibilidade dos mortais, a transferência de um complexo de significações de outro mundo para aquele dos interessados na mensagem. Assim, a hermenêutica passa a ser a referência para as tentativas de restaurar a plenitude do sentido através de um tratamento apropriado dos documentos, sejam eles textos, objetos (grandes ou pequenos), monumentos e obras de arte, buscando reconstituir significados a partir de traços.

Como disciplina, a hermenêutica faz parte da tradição das universidades protestantes e possui um passado confessional. Desde Lutero, tratava-se de traduzir, ler e interpretar as Escrituras Sagradas. Trabalho que depois tomou como objeto, além de textos religiosos, textos jurídicos e filosóficos. Na disciplina hermenêutica busca-se renovar a compreensão das ciências do homem, o que coloca em questão o modo de aproximar-se dos documentos que testemunham a realidade humana em uma diversidade de espaços e tempos (GUSDORF, 1988).

Segundo Figueiredo (1994, *apud* CAMPOS; COELHO JR., 2010), pode-se esquematizar o campo da hermenêutica como constituído por duas polaridades: a da interpretação reprodutiva e a da interpretação criativa, ou seja, aquela que procura resgatar um suposto sentido intrínseco da obra, e aquela que é a produção de um sentido novo a partir da subjetividade do leitor. O primeiro pólo é o mais clássico, tomando como pressuposto a manutenção do distanciamento entre o sujeito e o objeto de leitura, enquanto o segundo é mais atual e se aproximará das perspectivas contemporâneas de compreensão da racionalidade intrínseca aos campos de saber.

A hermenêutica moderna tem o objetivo de reconstruir a intenção autoral por meio de uma metodologia pautada em uma série de pressupostos, tais como a identidade atemporal de uma intenção autoral, a não contradição entre a intenção do autor e do texto etc. Essa concepção constituirá o pólo mais tradicional da discussão sobre a hermenêutica (CAMPOS; COELHO JR., 2010).

A hermenêutica admite o sentido, mas levando em consideração o contexto, sempre histórico e contingente. Dentro da hermenêutica, contudo, a dimensão do contexto apresenta os seguintes posicionamentos: o contexto como história; o contexto como os pressupostos de um dado leitor, revestido de questões e crenças; o contexto no qual a diferença precede à unidade, “ele não é formado de entes, mas de possibilidades de diferenciação” (FIGUEIREDO, 1999, p.14).

4.3 Concepções desconstrutivas

O conceito da desconstrução partiu tanto de uma atitude filosófica quanto de uma estratégia peculiar de leitura e interpretação de textos, invertendo ou deslocando sua ordem de concepções, buscando significados escondidos ou subentendidos. A matriz são os trabalhos do filósofo francês Jacques Derrida (1930 - 2004), reconhecido pelo desenvolvimento de uma terminologia idiossincrática, e que critica uma tradicional centralização da fala vinda como o *locus* da razão. Derrida propõe um trabalho de dessedimentação da linguagem para encontrar uma outra escritura (TURATO, 2008).

A desconstrução parte de um princípio aparentemente simples, mas nem por isso menos revolucionário: *Il n'y a pas de hors-texte*. Ou seja, nada há além do texto, que não seja, já ou ainda, texto. Derrida professa o caráter textual de toda a realidade, a qual estaria inscrita em diferentes versões e em diferentes sistemas simbólicos. Derrida amplia o conceito de texto: trata-se de algo escrito, em livros ou eletronicamente, em formas arquiváveis. Mas, especialmente, Derrida fala da realidade como texto, daquilo que se considera como "realidade não textual: Creio que esta realidade também tem a estrutura do texto, o que não quer dizer [...] que todo o real está encerrado em um livro" (DERRIDA, 1999, p. 51).

Assim, não se poderia mais falar, com propriedade, em um Sujeito que se relaciona com uma Realidade, mas em uma leitura que, simultaneamente, produz um texto e um leitor: "categorias como temporalidade, sujeito, significado, são efeito do texto que se produz na leitura" (STEIN, 2000, p.134). Uma das grandes questões em Derrida provém do fato de que tanto a Ciência e a Filosofia quanto a Literatura apresentam-se ao mundo através de um suporte material: o texto. O que diferenciaria um texto científico ou filosófico de um texto literário? O que é, afinal de contas, um texto?

Assim, "A escrita de Derrida é uma crítica radical à filosofia. Ela questiona as noções usuais de *verdade* e de *conhecimento* e subverte as ideias tradicionais sobre *procedimento* e *apresentação*. E questiona a autoridade da filosofia" (COLLINS; MAYBLIN, 2001, p.12, Grifos dos autores).

Para Derrida o conhecimento é, acima de tudo, texto, escrita. Portanto, ele depende crucialmente dos estilos e formas de sua linguagem – figuras de

linguagem, metáforas, até mesmo o esboço na página. Tanto a hermenêutica contemporânea quanto a desconstrução possuem um ponto de convergência que as aproxima em certos ângulos: a raiz heideggeriana. A tarefa de Derrida é minar o pensamento metafísico, no espírito heideggeriano da desconstrução e superação da metafísica (STEIN, 2000), interrompendo seus fundamentos, desalojando suas certezas, desviando sua busca por um ponto de origem indivisível, o *logos* (COLLINS; MAYBLIN, 2001).

Derrida argumenta que a metafísica está impregnada no pensamento ocidental. De algum modo tem sido, ela própria, o pensamento ocidental. Isso é evitável? Alguém já conseguiu escapar? Para Derrida, ele tem alguns aliados nessa empreitada – Nietzsche e Heidegger especialmente, talvez Freud, Saussure e outros. Mas, mesmo neles, Derrida encontra uma confiança residual nas suposições metafísicas (COLLINS; MAYBLIN, 2001, p.12).

Nesse trabalho desconstrutivo, Derrida busca explicitar e superar as polarizações e os dualismos implícitos em nossa forma de pensar, seja ela científica, filosófica ou literária. Assim, vamos percebendo o quanto os pressupostos metafísicos (tais como os dualismos sensível/não sensível, sensível/inteligível, físico/metafísico, corpo/alma etc.) estão presentes mesmo sem serem convidados. Presentes e condicionantes de nossa forma de estar no mundo.

A perspectiva desconstrutiva traz derivações importantes – como o reconhecimento das ambiguidades e alteridades do texto – para o trabalho de pesquisa com textos psicanalíticos, de modo que leituras desconstrutivas têm sido efetivadas de modo sério e produtivo por diferentes autores contemporâneos, inclusive brasileiros. Figueiredo (1999) propõe a *leitura próxima e desconstrutiva*, que parte do pressuposto de que não há um sentido escondido “por trás” do texto, ou que o papel do leitor-pesquisador seria desvendá-lo.

A leitura próxima e desconstrutiva parte da ideia de que o sentido é construído na relação, no intertexto, entre o pesquisador e o texto. O sentido, nesta perspectiva, não é algo que precede o texto e algo que possa ser acessado através do texto. O sentido é algo que surge a partir de uma leitura, depois de uma leitura, como o resultado de uma leitura. Neste aspecto, uma leitura próxima e desconstrutiva explora as tensões, as trilhas perdidas, as pequenas aberturas do texto que a leitura clássica tende a fechar (CAPUTO, 1997), buscando acompanhar as estratégias do texto para dizer isto ou aquilo.

A leitura desconstrutiva considera a alteridade e as ambigüidades do texto, focando em suas articulações, estratégias e retóricas, mais do que no sentido supostamente escondido. Campos e Coelho Jr. (2010) afirmam que o procedimento desconstrutivo é bastante metódico uma vez que está preocupado com as articulações internas do texto. Na desconstrução há a ideia de que o texto é constituído de ambigüidades suplementares, desdobrando-se sobre uma série de articulações intra e intertextuais criadoras de tensão. Desta forma, o intertexto está na mão do pesquisador, enquanto ele está escrevendo, produzindo. Para esta estratégia, a participação do pesquisador é fundamental para manter a tensão, o tensionamento entre o texto que está lendo e o que está escrevendo.

O que se supõe que seja um texto? Uma passagem para acessar a mente do autor, como se o texto guardasse um sentido ideal que pudesse ser *desvendado* através de uma investigação meticulosa e distanciada? A suposição desconstrucionista é a de que o texto é composto de estruturas que vão levando o leitor a *construir* caminhos, dentro do próprio texto e não fora dele. Neste caso, a leitura é uma atividade na qual o leitor deixa de ser compreendido como um mero receptor passivo e passa a atuar no texto. A partir daí, entende-se que o texto não é algo morto, mas é um espaço estratégico para nos levar a pensar de uma forma determinada, ou seja, o que está escrito, como está escrito, do jeito que está escrito tem a função de fazer o leitor conceber um pensamento específico (FIGUEIREDO, 1999).

A alteridade, o modo como nos colocamos frente ao texto, habilita-nos a “entrar” no texto de um determinado modo, de abrir brechas que confrontem o texto com o novo, que nos é colocado a partir de novas interpretações. Por meio da desconstrução, algo transformador e produtivo pode se revelar e, assim, produzir novos sentidos, conhecimento e teorias. Essa ideia de “desmontar” nos coloca diante da nova lógica do texto e, a partir daí, ampliam-se as formas de compreensão do que estamos lendo.

Campos e Coelho Jr. (2010) pontuam que a caracterização de uma metodologia especificamente psicanalítica de leitura foi preconizada por Laplanche. Seus trabalhos iniciais de interpretação de textos freudianos tinham uma perspectiva mais dialógica e desconstrutiva, expressa em sua concepção de fazer o texto trabalhar.

Essa concepção hermenêutica afirma a possibilidade de ler os escritos psicanalíticos por um método psicanalítico. Isso significa não uma interpretação das fantasias de seus autores, mas a utilização do próprio método psicanalítico como instrumento de leitura (CAMPOS; COELHO JR., 2010, p.256).

Pensamos, em consonância com Campos e Coelho Jr. (2010), que a metodologia desconstrutiva, em sua ênfase na ambiguidade e alteridade intrínsecas ao texto, aproxima-se da perspectiva psicanalítica. “O método psicanalítico caracteriza-se pela escuta diferenciada ao estranho, identificando, no que é acessório, a irrupção dos sentidos inconscientes da trama de símbolos trazida pelo paciente por meio da atenção flutuante” (p.256).

A perspectiva desconstrutiva, portanto, não é algo alheio e estranho à psicanálise. Antes, o contrário. O pesquisador, formado pela psicanálise, pode encontrar nas estratégias desconstrutivas um ferramental teórico que lhe permita ler novamente, e de outra maneira, os textos psicanalíticos. Uma leitura que permita renovar os textos psicanalíticos e reencontrar o seu frescor. Não se trata mais, portanto, de uma leitura ora arbitrária ora intuitiva, mas de uma leitura defensável na academia, de uma leitura que pode prometer resultados condizentes com os limites e pressupostos que podem ser explicitados. E isso, a nosso ver, torna a leitura uma atividade de pesquisa defensável na atmosfera da universidade, em consonância com um dos poderes que determinam a atmosfera da universidade: a ciência.

Quanto ao objetivo de nosso texto – ou seja, a pergunta realizada no início do artigo – podemos afirmar que “sim”, a desconstrução pode participar na pesquisa acadêmica, especialmente na pesquisa teórica em psicanálise, tanto como uma metodologia de leitura como uma teoria que nos ajude a construir protocolos de leitura que tenham uma consistência metodológica; metodologias que façam de textos fontes de pesquisa científica. E nessas metodologias deve estar em relevo o limite entre o que o autor quis dizer e não quis dizer, e a compreensão de que um texto é uma maquinaria, uma engrenagem conscienciosa que produz sentidos, independentemente da vontade de dizer ou da intenção do autor. A leitura desconstrutiva, neste sentido, acompanha os momentos/movimentos a que o leitor do texto é chamado, pela literalidade e pela retórica do texto.

Se, como pensa Heidegger (2009), o que pertence primeiramente ao conceito de ciência é que ela seja uma investigação, em meio a paixão de perguntar e ao entusiasmo de descobrir, em meio a inexorabilidade de prestar contas à crítica, da

demonstração e da fundamentação, então o manual, a escrita e a leitura, em se tratando de pesquisa acadêmica, devem ser o primeiro problema científico.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, E.; COELHO JR., N. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 247-257. 2010.
- CAPUTO, J. **Deconstruction in a nutshell**: a conversation with Jacques Derrida. New York: Fordham University Press, 1997.
- COLLINS, J.; MAYBLIN, B. **Introducing Derrida**. Cambridge: Icon Books, 2001.
- DERRIDA, J. **No escribo sin luz artificial**. Valladolid: Cuatro Ediciones, 1999.
- ELIA, L. Psicanálise: clínica & pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (orgs.). **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.
- FIGUEIREDO, A. C. F. O psicanalista na experiência universitária. In: CALDAS, H; ALTOÉ, S. (Org.). **Psicanálise, universidade e sociedade**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2010.
- FIGUEIREDO, L. C. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Escuta, 1999.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- FREITAS, L. A. P. de. **Freud e Machado de Assis**: uma intersecção entre psicanálise e literatura. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.
- FIGUEIREDO, L. C. (1994). A fabricação do estranho: notas sobre uma hermenêutica "negativa". **Boletim de Novidades da Pulsional**.
- GARCIA-ROZA, L. A. A pesquisa acadêmica em psicanálise. In: **Anuário Brasileiro de Psicanálise**. p.118-121. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUSDORF, G. **Les origines de l'hermeneutique**. Paris: Payot, 1988.

HEIDEGGER, M. **A caminho da linguagem**. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Editora Universitária São Francisco, 2003.

HEIDEGGER, M. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JUSTO, J. S.; VASCONCELOS, M.S. Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. p. 760-774. Rio de Janeiro, 2009.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1969/1987.

MONTE, J.B. **Considerações metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise na universidade**. 2002. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** / SILVA, E. L; MENEZES, E. M. - 3. ed. rev. atual - Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível em:
<<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>.

SILVA, J. M. da. **O lugar do pai: uma construção imaginária**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

STEIN, E. **Diferença e metafísica: ensaios sobre desconstrução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VEIGA-NETO, A. Olhares... In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Artigo:

Recebido em: 14/10/2011

Aceito em: 05/07/2012